



JÉSSICA EUFRÁSIO  
jessicaeufRASIO.df@dabr.com.br

## Paco Britto decide concorrer à Câmara Legislativa

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Apesar de ficar de fora da chapa de Ibaneis Rocha (MDB), que disputa a reeleição, o vice-governador Paco Britto (Avante) não desistiu dos planos políticos e escolheu o caminho que seguirá em outubro. Vai se lançar à Câmara Legislativa, com aprovação dos correligionários na convenção do partido. Agora, aguarda o aval dos demais postulantes da sigla, da qual é presidente, para efetivar a candidatura. O prazo termina na segunda-feira.

### Plano B

O nome do vice-governador também foi cotado para a presidência da Companhia de Desenvolvimento Habitacional (Codhab), caso ela se transforme em agência. A continuidade do plano, porém, depende da aprovação do projeto de lei que prevê a mudança na classificação do órgão antes do fim da gestão Ibaneis.

## App e site receberão denúncias eleitorais

Com o início do período de propaganda eleitoral, na próxima terça-feira, a Justiça vai intensificar os trabalhos de acompanhamento das campanhas. Neste ano, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) disponibilizou um novo canal de denúncia para quem flagrar ilegalidades praticadas por candidatos ou partidos: o Pardal, disponível como aplicativo, para Android e iOS, e formulário digital ([pardal.tse.jus.br/pardal-web](http://pardal.tse.jus.br/pardal-web)).

TSE/Reprodução



## Interesse coletivo

A Corte atua apenas por demanda; por isso, a participação popular será necessária para a devida fiscalização do processo. O acesso ao Pardal é livre e gratuito. O canal será habilitado na terça-feira, vinculado, também, ao Ministério Público Eleitoral.

## Policiais federais repudiam vetos de Bolsonaro à LDO

O clima azedou entre integrantes de mais uma categoria profissional da segurança pública e Jair Bolsonaro (PL). A notícia de que o reajuste e a reestruturação de cargos da Polícia Federal ficou de fora do Orçamento desagradou aos servidores, que divulgaram uma nota de repúdio contra a decisão do presidente da República de vetar a reserva de recursos para esse fim da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2023. A justificativa seria a existência de prioridade para o mesmo dispositivo na proposta original, mas sem distinção entre as carreiras do Poder Executivo.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



## "Decepção, abandono e indignação"

No texto, a Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef) criticou o descumprimento da promessa, mais uma vez. Os servidores contavam com essa previsão desde a publicação da LDO de 2022, o que não ocorreu. "Os sentimentos de decepção, abandono e indignação traduzem o estado de espírito de toda uma categoria empenhada em prestar o melhor serviço para a Segurança Pública no Brasil. (...) Seguiremos trabalhando incansavelmente pelo reconhecimento e a devida valorização de uma das instituições notadamente mais respeitadas do serviço público", diz a nota de repúdio.

## À QUEIMA-ROUPA LÍVIA VANESSA RIBEIRO

Médica infectologista do Hospital de Base e referência técnica distrital em infectologia da Secretaria de Saúde do DF



Arquivo pessoal

## Como podemos avaliar a situação do DF atualmente, em que há 102 casos positivos de varíola dos macacos? Vivemos um surto?

É um surto, porque o surto é um aumento de casos fora do esperado. Não tínhamos casos, e só esse surgimento e a elevação de casos, é um surto. Temos de analisar todo esse contexto, tanto do país quanto mundial para verificar qual será a nomenclatura. A OMS (Organização Mundial de Saúde) não declarou como pandemia, mas isso não deixa de ser emergência em saúde pública, porque os casos estão em franca ascensão.

## O vírus monkeypox é mais transmissível que o da covid-19?

Ele é menos transmissível. Até porque, apesar de também ter a transmissão respiratória, (o monkeypox) não se transmite por aerossóis. Ele pode ser transmitido por gotículas, mas temos observado que há um Rt (taxa de transmissão), em todos os locais com casos registrados, bem mais baixos que o do Sars-CoV-2 (vírus causador da covid-19).

## Qual parte do combate ao avanço dos casos de varíola dos macacos cabe ao poder público e qual parte cabe à população?

Ao poder público, cabe a questão, principalmente, da divulgação dos meios de transmissão, do quadro clínico e do impacto que essa doença pode gerar para cada indivíduo. É muito importante que a população esteja atenta aos meios de transmissão — por gotículas respiratórias e pelo contato direto com lesões cutâneas, mucosas ou fluídos corporais, o que inclui as transmissões pelo beijo e sexual. Temos registros de estudos notando a detecção do vírus monkeypox no sêmen. É preciso que as pessoas entendam que, por ser uma doença transmissível por essas vias, o momento não pede aglomerações, principalmente em ambientes fechados. E que elas estejam atentas ao uso de máscaras, em locais fechados e, também, com aglomeração; à manutenção dos ambientes arejados; à higienização das mãos e de superfícies tocadas por muitas pessoas, como no transporte público, nas salas de aula. (...) Em relação aos indivíduos, é (preciso) se apropriar de (informações sobre) todos esses meios de transmissão, das apresentações clínicas e saber que, se tem dúvida ou apresentou lesão cutânea, deve procurar as unidades de saúde; usar máscara; (vestir) roupas que cubram as lesões; e, se estiver infectado, manter-se isolado.

Confira a entrevista completa em [blogs.correioBraziliense.com.br/eixocapital](https://blogs.correioBraziliense.com.br/eixocapital).

"A retirada de 40% da Floresta Nacional é resultado da omissão e conivência de vários governos com a grilagem de terras públicas. O governador Ibaneis esteve na área da Flona na campanha e estimulou as pessoas a invadirem e construir em terras públicas de proteção ambiental"

Rodrigo Rollemberg, candidata a deputado federal (PSB-DF)



Carlos Vieira/CB/D.A. Press

"(A aprovação do PL no Congresso Nacional) é uma vitória para estas famílias que lutam por moradia e merecem ter mais dignidade, garantia dos seus direitos e acesso a políticas públicas. Me comprometi com esta pauta, criamos junto com a comunidade esse projeto e, hoje (quarta-feira), é um dia muito feliz para todos nós"

Flávia Arruda, candidata ao Senado (PL-DF)



Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Acompanhe a cobertura da política local com @JsscEufRASIO

**OCUPAÇÃO DO SOLO /** Projeto aprovado no Senado reduz espaço da Flona em 39,6%. Ambientalistas criticam decisão, mas os cerca de 40 mil moradores da região apoiam a proposta, que segue para sanção presidencial

# 26 de Setembro perto da regularização

» ANA ISABEL MANSUR

Os moradores dos assentamentos 26 de Setembro e Maranata, próximos a Taguatinga e Vicente Pires, estão perto de ver a regularização dos terrenos virar realidade. Um projeto de lei aprovado pelo plenário do Senado, na última quarta-feira, abriu espaço para a regularização das áreas, onde residem mais de 40 mil pessoas, ao diminuir a Floresta Nacional de Brasília (Flona). A ocupação humana começou há, pelo menos, 26 anos, mas o decreto de criação da floresta, que completou 23 anos em junho, é posterior aos assentamentos. A deputada federal Flávia Arruda (PL-DF), autora do projeto, reconhece o aumento desordenado das ocupações. "É essencial delimitar a área para impedir novos crescimentos que impactem a Flona, além da necessidade de dar dignidade a essas pessoas, que não têm acesso a políticas públicas básicas e sofrem diariamente."

A proposta seguiu para aprovação presidencial. Caso seja sancionada, a Flona será reduzida em 39,6%, passando de 9.336 hectares para 5.640 hectares. A perda corresponderá a mais de 5,1 mil campos de futebol. Hoje, a floresta é dividida em quatro

áreas: os dois locais onde estão os assentamentos deixarão de existir, possibilitando a regularização, e os demais espaços serão reconfigurados. O projeto de lei determina que áreas de compensação ambiental deverão ser criadas futuramente. A Flona é administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que não retornou os questionamentos do *Correio* até o fechamento desta edição.

Pelas ruas da 26 de Setembro, que concentra a maior parte dos moradores futuramente beneficiados pela regularização, o sol quente do cerrado divide o espaço da paisagem com nuvens densas de poeira. As vias, carentes de asfaltamento e esgoto. Zildete da Silva, 43 anos, conhece bem as dificuldades da falta de infraestrutura básica. A moradora do local desde 2002 montou um comércio ao lado de casa e precisa lavar o estabelecimento três vezes ao dia por conta da poeira. "Basta passar um carro, e já era", reclama. Ela mora com o marido e os dois filhos, estudantes. Mesmo com ônibus escolares, os jovens, de 21 e 14 anos, precisam levar uma muda de roupas extra para trocar no colégio, por conta da poeira. Zildete sonha com as vias da cidade asfaltadas,

Minervino Júnior/CB



## Cerca de 40 mil pessoas moram nos assentamentos

esgotamento, abastecimento de água e rede de energia elétrica. "A gente fica sem luz dia sim, dia não. Água, só em poço."

O autônomo Evaldo da Silva, 57, também sofre com a carência de infraestrutura. Ao menos três vezes na semana, ele precisa buscar água na casa de um amigo, a algumas ruas de distância. "Hoje (ontem) mesmo, estamos sem água. Daqui a pouco vou lá buscar. Quem tem condições, coloca

um poço em casa", relata o morador, para quem a situação pode ser ainda pior a depender do período do ano. "Agora, com a seca, minha cisterna secou", conta Evaldo, que comprou o terreno há quatro anos. "Não gosto de grileiros, acho muito injusto com quem, como eu, está aqui porque precisa, porque não tem outro lugar para morar, mas eles vêm, cercam o lugar, que continua vazio, para vender depois

pelo triplo do preço. Não está certo", denuncia, apontando para um extenso muro de concreto ao lado de onde mora, que cerca uma grande área, desabitada.

Os poucos postes de iluminação espalhados pelo assentamento foram instalados pelos próprios moradores. "A gente se juntou e pagou. É a comunidade que luta." Evaldo enfrenta, ainda, a instabilidade da rede de energia. Como as instalações são precárias e temporárias, os picos de fornecimento são constantes. "As vezes, a geladeira congela do nada e, horas depois, esquenta. Muita comida estraga."

## Aspectos

Marly Santos da Silva, geógrafa e doutora em planejamento urbano, destaca que a Flona foi criada para proteger o Parque Nacional, justamente de ocupações humanas. "O que estamos vendo é exatamente isso. O fato consumado privilegia a regularização fundiária, porque, pensando na questão social, se não há riscos para a segurança das pessoas, em termos de desmoronamentos, não há novos gastos para transferir essas pessoas, desmatar outras áreas — porque aquele local já foi depredado — nem reverter o processo de ocupação.

Mas, como fica o lado ambiental?", coloca a especialista, que questiona a efetividade da compensação ambiental. "Muitas vezes, não consegue atenuar, de fato, os malefícios da ocupação. Há, no DF, excesso de permissividade com parcelamentos irregulares", critica Marly, ao defender aproveitamento das regiões administrativas já estabelecidas para evitar a instalação de novas infraestruturas, sem necessidade de desmatamento da vegetação.

Lázaro Oliveira, mestre em ciências florestais e doutorando em agronomia, destaca três aspectos relacionados à nova delimitação da Flona: uso e ocupação irregular do solo, variável social e caráter ambiental. "O governo não fiscalizou, no passado, e por isso, teve o crescimento desses assentamentos. Agora, para resolver, é preciso regular o bairro para dar qualidade de vida para as pessoas. Aí entramos na variável social, que gera tranquilidade para essas comunidades", explica o especialista. "O problema ambiental entra nos processos de resolução das questões do solo e sociais, porque o Estado tem obrigação de respeitar a legislação ambiental. Então, tudo isso tem de ser levado em consideração durante um processo de regularização."